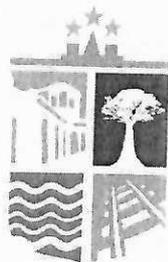




GABINETE DO PREFEITO  
PODER EXECUTIVO



PREFEITURA  
**IGARAPÉ-AÇU**  
É TEMPO DE CUIDAR

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO 2025



PROCESSO	Nº 100125-01
INEXIGIBILIDADE	Nº 6/2025-001
INTERESSADO	Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, Secretaria Municipal de Administração.
ASSUNTO	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em assessoria e consultoria jurídica em direito público para atender as necessidade da Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.  
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS  
PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM  
ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM  
DIREITO PÚBLICO PARA ATENDER AS  
NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
IGARAPÉ-AÇU.**

### DO RELATÓRIO

1. Trata-se de emissão de parecer a respeito da viabilidade legal de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM DIREITO PÚBLICO PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU.
2. Conforme previsão legal do artigo 53 da Lei nº 14.133/21, a assessoria jurídica realizará controle prévio de legalidade da fase preparatória do processo licitatório.
3. É o breve relatório. Segue análise jurídica.

### ANÁLISE JURÍDICA



GABINETE DO PREFEITO  
PODER EXECUTIVO



PREFEITURA  
**IGARAPÉ-ACU**  
É TEMPO DE CIDADAR



## PROCURADORIA GERAL

4. Para Administra o Pública adquirir produtos e/ou serviços necessita realizar procedimento de licita o pública, na qual selecionar  a proposta mais vantajosa entre as oferecidas pelos interessados em contratar com o ente público.
5. O procedimento possui como objetivo garantir a moralidade administrativa vedando a contrata o de qualquer particular sem a demonstra o de que seja o melhor para o interesse público. Possui também a finalidade de garantir a igualdade de oportunidades a todos que têm o interesse em contratar com a Administra o Pública, permitindo a competitividade que   essencial para a licita o. Assim   garantida a impessoalidade na escolha do contratado.
6. Tal procedimento   disciplinado na Constitui o Federal e na Lei 8.666/90.
7. A Constitui o Federal em seu artigo 37, inciso XXI prevê:

Art. 37. A administra o pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:  
[...]  
XXI - ressalvados os casos especificados na legisla o, as obras, serviços, compras e aliena es serão contratados mediante processo de licita o pública que assegure igualdade de condi es a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleam obriga es de pagamento, mantidas as condi es efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualifica o técnica e econ mica indispensáveis   garantia do cumprimento das obriga es
8. Depreende-se da leitura do dispositivo constitucional a existência de exce o a regra geral de contrata o mediante procedimento licitatório público ao possibilitar a contrata o direta em "*...casos especificados na legisla o...*".
9. A lei de licita es e contratos administrativos (lei n  14.133/21) versa sobre as especifica es a serem adotadas pela Administra o Pública nos processos licitatórios, em especial as modalidades pelos quais serão realizados e as hipóteses de contrata o direta, como inexigibilidade de licita o e dispensa de licita o.
10. Porém, antes de adentrar na análise da forma de processo administrativo para a contrata o,   necessário averiguar a legalidade de toda a fase preparatória do processo, que abrange o documento de formaliza o de demanda, estudo técnico preliminar, termo de referencia, pesquisa de preço, escolha da modalidade de licita o e minuta de edital e contrato, nos termos do artigo 18 da lei n  14.133/21.



## PROCURADORIA GERAL

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

11.

Constata-se nos autos a existência de documento de formalização de demanda.



## PROCURADORIA GERAL

12. A Administração Pública não realizou o estudo técnico preliminar, pois entendeu que não cabia a sua confecção para o objeto da contratação, levando em consideração que a elaboração desse documento para contratações diretas é facultado, conforme prevê o artigo 72, I da lei nº 14.133/21.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

13. No que concerne ao termo de referência, este foi elaborado dentro dos padrões estabelecidos no artigo 6º, XXIII da Lei de Licitações, constando todas as informações necessárias para nortear a elaboração do edital e contrato, e para atingir o objetivo almejado.

14. Após análise dos primeiros documentos essenciais para iniciar o processo licitatório, direciona-se a atenção para o valor estimado definido pela busca de preços praticados pelo mercado para aquisição do bem ou do serviço.

15. Por força do artigo 23 da Lei nº 14.133/21, a pesquisa de preço deve seguir os parâmetros previstos na referida norma, que podem ser adotados de forma combinada ou não, o que será definido de acordo com a peculiaridade de cada caso.

16. No presente processo, foi utilizada pesquisa no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM.

17. No tocante a escolha do processo de licitação, a Lei nº 14.133/21 prevê a hipóteses de contratação direta, nos termos do artigo 74 e 75 da referida lei. Para o presente caso, cabe analisarmos o artigo 74 da mencionada lei, que trata sobre a inexigibilidade de licitação e assim dispõem:

**Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:[...]

**III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:** (Grifo nosso)



GABINETE DO PREFEITO  
PODER EXECUTIVO



PREFEITURA  
**IGARAPE-ACU**  
É TEMPO DE CUI



## PROCURADORIA GERAL

18. Os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização elencados no artigo 74, III, da lei são: (a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; (b) pareceres, perícias e avaliações em geral; (c) **assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias**; (d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; (e) **patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas**; (f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; (g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico; (h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso.
19. Portanto, a legislação autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação de profissional ou empresa especializada para a prestação de serviços especializados de natureza predominantemente intelectual para emissão de pareceres, assessoria ou consultorias técnicas e patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativos.
20. É imperioso ressaltar que a autorização de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74 da Lei nº 14.133/21 determina que o serviço técnico especializado seja executado por profissional de **notória especialização**.
21. O doutrinador José dos Santos Carvalho Filho (2012) conceitua estes dois requisitos da seguinte maneira:

A lei considera de notória especialização o profissional ou a empresa conceituados em seu campo de atividade. Tal conceito deve decorrer de vários aspectos, como estudos, experiências, publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica e outros do gênero. [...]

Além dessas características, impõem a lei que os serviços tenham natureza singular. Serviços singulares são os executados segundo características próprios do executor. Correta, portanto, a observação de que "singulares são os serviços porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. Por isso mesmo é que a



## PROCURADORIA GERAL

singularidade do serviço está contida no bojo da notória especialização.  
(CARVALHO FILHO, 2012, fls. 269/270)<sup>1</sup>

22. Assim, a prestação de serviços advocatícios, o qual envolve assessoria, consultoria e direção jurídica, bem como patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, encaixa-se perfeitamente em um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e singular, pois consiste no trabalho intelectual do advogado, ligado à sua capacitação profissional.
23. Ressalta-se que o artigo 3º-A da Lei nº 8.906/1994 determina que os serviços advocatícios "... são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei", com base no artigo 3º-A da Lei nº 8.906/1994.
24. Acerca da notória especialização do profissional ou da empresa a ser contratada, o parágrafo único do artigo 3º-A da Lei nº 8.906/1994, versa que:
- Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
25. Em decorrência da complexidade ou da relevância dos serviços jurídicos a serem desenvolvidos, requer a contratação de profissional de reconhecida competência e especialização na área do direito público, em consonância com o que prevê o §3º do artigo 74 da Lei nº 14.133/21, vejamos:

### Art. 74 (...).

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 25. ed. rev., ampl. e atual. até a Lei nº 12.587/2012. São Paulo: Atlas, 2012. Fls. 269/270.



GABINETE DO PREFEITO  
PODER EXECUTIVO



PREFEITURA  
**IGARAPÉ-AÇU**  
É TEMPO DE CUIDAR



## PROCURADORIA GERAL

26. Diante das peculiaridades da prestação de serviço de advocacia, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sedimentou o seguinte entendimento:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 17 DA LIA. ART. 295, V DO CPC, ART. 178 DO CC/16. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ARTS. 13 E 25 DA LEI 8.666/93. REQUISITOS DE EXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SINGULARIDADE DO SERVIÇO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR NA ESCOLHA DO MELHOR PROFISSIONAL, DESDE QUE PRESENTE O INTERESSE PÚBLICO E INOCORRENTE O DESVIO DE PODER, AFILHADISMO OU COMPADRIO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(...)

**4. É impossível aferir, mediante processo licitatório, o trabalho intelectual do Advogado, pois trata-se de prestação de serviços de natureza personalíssima e singular, mostrando-se patente a inviabilidade de competição.**

**5. A singularidade dos serviços prestados pelo Advogado consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional, sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço).**

**6. Diante da natureza intelectual e singular dos serviços de assessoria jurídica, fincados, principalmente, na relação de confiança, é lícito ao administrador, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei, para a escolha do melhor profissional.**

**7. Recurso Especial a que se dá provimento para julgar improcedentes os pedidos da inicial, em razão da inexistência de improbidade administrativa. (REsp 1192332/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 19/12/2013). (Destacou-se.)**

27. Como bem destacado pelo Ministro Napoleão Maia, a utilização do processo licitatório é inviável para escolher o melhor prestador de serviços de advocatícios. A própria atividade não pode gerar este tipo de disputa, pois ocasionaria um processo de mercantilização da profissão, o que é vedado pelo artigo 5º do Código de Ética e Disciplina da OAB (Resolução nº 02/2015 - CFOAB), vejamos: "Art. 5º - O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização".



## PROCURADORIA GERAL

28. Assim, não há condi es do advogado participar de procedimento licitatório sem deixar de atender as regras do Estatuto e do Código de  tica.
29. Por fim, conclui-se que a **prest o de serviços de advocacia, assessoria e consultoria jurídica** a este órgão público   viável sem a necessidade de processo licitatório.
30. Sobre os contratos celebrados pela administra o pública, Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>2</sup> afirma que:

A expressão contratos da Administra o   utilizada, em sentido amplo, para abranger todos os contratos celebrados pela Administra o Pública, seja sob regime de direito público, seja sob regime de direito privado. E a expressão contrato administrativo   reservada para designar tão somente os ajustes que a Administra o, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecui o de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público.

31. Assim, de acordo com tal conceitua o, os contratos da Administra o Pública podem reger-se pelo direito privado ou pelo direito público. Nos contratos privados   garantida uma rela o de igualdade entre a administra o pública e o particular, diferente do que ocorre no contrato público, no qual são garantidas prerrogativas   Administra o, colocando-a em posi o de supremacia sobre o particular.
32.   importante alertar que nos contratos, tanto no regime privado como no regime público, estão presentes a finalidade e o interesse público, os quais são pressupostos necessários e essenciais para a atua o da Administra o. O que realmente os diferencia **“  a participa o da Administra o, derogando normas de Direito Privado e agindo *publicae utilitatis causa*, sob a égide do Direito Público, que tipifica o contrato administrativo.”**<sup>3</sup>
33. Esta atua o da Administra o na rela o contratual com o particular, impondo a sua supremacia,   evidenciada através das denominadas *cláusulas exorbitantes do direito comum*, as quais não necessitam estar previstas expressamente no contrato, pois sua existência decorre da lei ou dos princípios que regem a atividade administrativa.

<sup>2</sup>Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo - 27. ed. - São Paulo: Atlas, 2014. Pág. 300.

<sup>3</sup>MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 39  Edi o. Atualizada por D lcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. Malheiros Editores. São Paulo, 2012. Pág. 226.



GABINETE DO PREFEITO  
PODER EXECUTIVO



PREFEITURA  
**IGARAPÉ-ACU**  
É TEMPO DE CUIDAR



## PROCURADORIA GERAL

Tais cláusulas não são lícitas em um contrato privado, pois desigualaria as partes na execução do ajustado, no entanto são válidas no contrato administrativo, pois visam demonstrar a supremacia da Administração.

34. Consideram-se como cláusulas exorbitantes: (i) alteração ou rescisão unilateral do contrato; (ii) exigência de garantia; (iii) fiscalização da execução do contrato; (iv) aplicação de penalidades; (v) restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*; dentre outras.

35. Porém, ao utilizar-se das cláusulas exorbitantes, a Administração deve garantir equilíbrio econômico-financeiro do contrato, para que não haja prejuízos ao contratado/particular, como elevações de preços que tornem mais onerosa a prestação ao qual está obrigado, dentre outras situações que causem ônus a parte contratada. Esta determinação possui previsão Constitucional no artigo 37, XXI, ao afirmar que os contratos deverão conter *cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta*. Assim, garante-se uma proteção a quem contrata com a Administração, evitando que a posição de supremacia sobre o particular seja desmedida, sem qualquer controle e acabe por ferir preceitos constitucionais, bem como torna viável e seguro ao privado a contratação com a administração pública.

36. Diante dos conceitos e de todas estas características que identificam um contrato administrativo, e a partir da análise da minuta do contrato referente ao presente processo administrativo, pode-se identificar tal contrato como um contrato administrativo, e aplicar as normas do regime jurídico público, dentre elas a lei nº 14.133/2021.

37. A partir de então, é necessário averiguar se a minuta do contrato referente ao presente processo administrativo contém todas as cláusulas obrigatórias para um contrato administrativo, as quais estão descritas nos incisos do artigo 92 da lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;



GABINETE DO PREFEITO  
PODER EXECUTIVO



PREFEITURA  
**IGARAPÉ-ACU**  
É TEMPO DE CUMPRIR



### PROCURADORIA GERAL

- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;



GABINETE DO PREFEITO  
PODER EXECUTIVO



PREFEITURA  
**IGARAPÉ-ACU**  
É TEMPO DE CUIDAR

## PROCURADORIA GERAL

XIX - os casos de extinção.



38. O escritório apresentou a comprovação da notória especialização decorrentes de trabalhos realizados em outros Municípios ou Câmaras Municipais.

39. Assim, observadas as normas citadas pode ser dado prosseguimento ao processo de contratação.

### CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, observada as recomendações acima citadas, esta Procuradoria Jurídica se manifesta pela possibilidade/viabilidade da contratação direta por inexigibilidade de licitação, ante a comprovação dos requisitos para a sua concretização, com fundamento nos artigo 74, inciso III, "c" e "e" da Lei nº 14.133/2021, bem como entende que preenchidas as exigências legais previstas no artigo 92 da lei nº 14.133/2021 a minuta do contrato respeita as determinações legais, devendo retornar o processo a Comissão de Licitação para as providências cabíveis.

41. Por fim, ressalta-se que o presente exame se limitou aos aspectos jurídicos da matéria proposta e da regularidade processual, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, financeiros ou que exijam exercício da discricionariedade administrativa.

É o parecer,  
Salvo melhor juízo.

Igarapé-Açu/PA, 14 de janeiro de 2025.

  
**Dr. Thiago Sousa Cruz**  
Procurador Geral - PGMNT  
OAB-PA nº 18.779